



Prefácio

O antropólogo Bruno Latour denunciou que não se trata de uma crise, o “Planeta está transformado, não há ponto de retorno, está instituído um Novo Regime Climático, de secas e enchentes, queimadas e furacões, derretimento e escassez”¹.

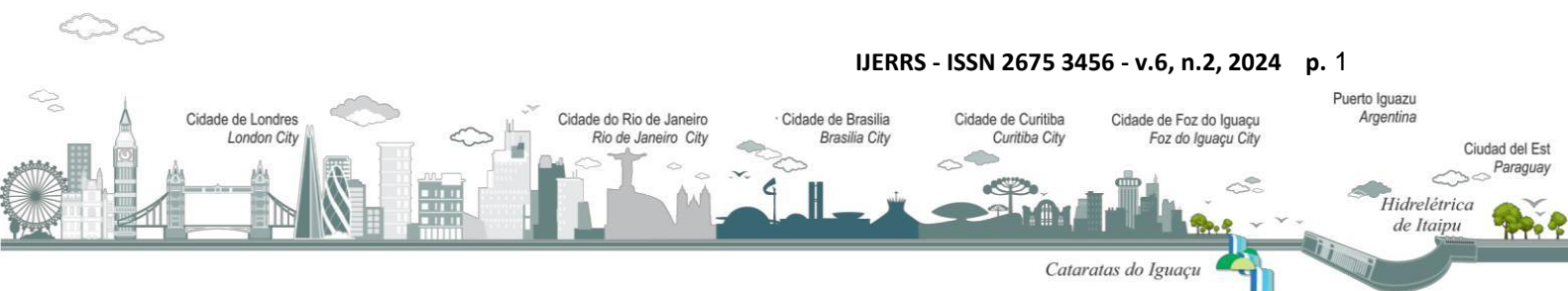
Como vamos construir políticas públicas de educação para nos adaptar e nos reeducar no Novo Regime Climático? Como fazer com que cada pessoa compreenda as causas e a dinâmica do aquecimento global em sua dimensão planetária e seus impactos, como o derretimento das calotas polares e o aumento do nível do mar, e perceba os impactos no plano local, em cada território, como a falta de água potável, crises hídricas e de energia, aridez dos solos, perda de biodiversidade, perda de safras agrícolas e a diminuição da oferta de alimentos, desertificação e incêndios florestais?

Para a sustentação da vida na biosocioesfera do planeta, com bem-estar social e ambiental, no ‘novo regime’, é preciso enfrentar as causas-raiz da emergência climática, como as complexas questões socioeconômicas, o desenvolvimentismo liberal, o negacionismo climático, as decisões políticas, envolvendo classes e mercadorias, com a normatização de práticas insustentáveis, uso de tecnologias não apropriadas, injustiça ambiental e climática.

Atuar na educação significa reconhecer que o impacto sobre a vida cotidiana é sobretudo social, político e ético. O lema “mudar o sistema, não o clima” é enfático ao apontar que o mesmo sistema que possibilitou o modelo de produção e consumo predatório, não poderá desenhar novos caminhos, conforme resume outro lema, este atribuído a Albert Einstein, “não se pode resolver os problemas utilizando o mesmo tipo de pensamento que usamos quando os criamos”.

Medidas de educação realizadas diretamente em escolas e comunidades se inserem na fase considerada a mais importante do ciclo de gerenciamento de desastres: o antes do desastre, a fase preventiva, quando deve se dar a integração de políticas

¹ Em hu.unisinos.br/623042-bruno-latour-1947-2022 (acessado em 02/05/2024).





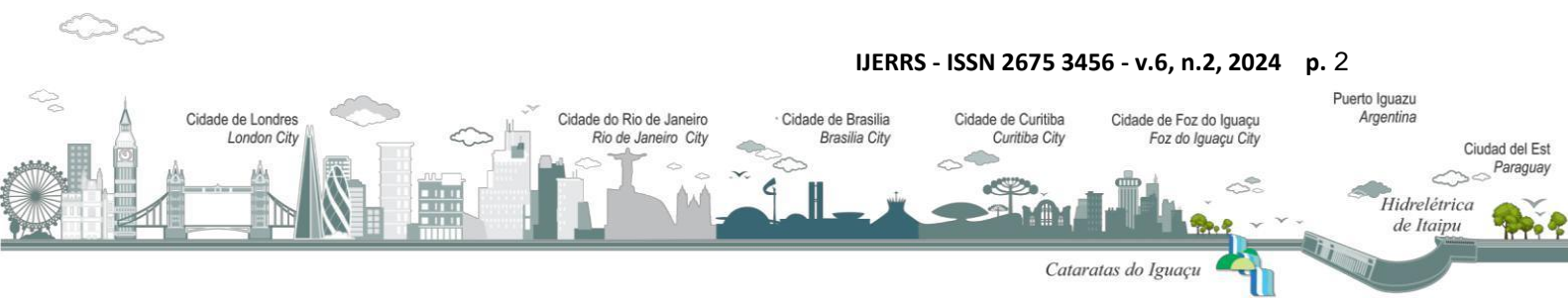
públicas (educação ambiental climática, plano diretor, zoneamentos ambientais, planos de contingência etc.). A educação também contribui para a fase preparatória por meio dos sistemas de monitoramento participativo, previsão (meteorológica e hidrológica) e de alerta. Tudo isso, sem alarme ou medo, que podem causar imobilismo e apatia diante do inevitável, mas proporcionando motivação, conhecimentos, prevenção e, em especial, potência para agir (Tominaga, 2009²).

O desafio de gerar potência de agir consiste em criar a percepção e o entendimento sobre a dinâmica do aquecimento global, as causas raiz da emergência climática, chegando em cada comunidade, especialmente as mais vulneráveis. É fundamental que cada pessoa compreenda a dimensão planetária da emergência climática e perceba as vulnerabilidades existentes em seu território.

Sistemas de gestão baseados em tecnologias (radares, satélites, estações meteorológicas, entre outros) são importantes, porém não atuam diretamente na cultura de percepção de risco da população; uma vez que não envolvem as pessoas que vivem nos territórios. Isto fica patente quando, apesar dos sistemas de monitoramento e alertas notificarem alto risco com certa antecedência, as comunidades afetadas desconhecem ações de prevenção, preparação, evacuação e resposta para lidar com o desastre. Em outras palavras, o poder público não contribui para o entendimento da capacidade adaptativa dos moradores expostos ao risco, o que aumenta a reprodução das condições de vulnerabilidade.

No entanto, os recentes desastres em várias regiões do Brasil evidenciam a importância de uma abordagem integrada com a população nas ações de prevenção e preparação, e uma cultura de percepção de risco e participação comunitária. Criar interfaces entre ciência e cidadania e o reconhecimento de que o diálogo de diferentes saberes promove aprendizagens e o engajamento das comunidades. A percepção do risco e da autoproteção demandam um sistema de alertas centrado nas pessoas, integrado nas várias esferas, que promova a participação na construção do

² TOMINAGA, Lídia Keiko; Jair Santoro, Rosângela do Amaral (Organizadores). Desastres naturais: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009.





conhecimento do risco, no monitoramento de dados, na comunicação e na preparação para enfrentar o perigo.

O 6º Relatório Síntese de Avaliação do IPCC destaca a educação como chave para reduzir vulnerabilidades e gerir riscos de desastres. A alfabetização climática vai além de informações comportamentais, ela aborda a visão científica de forma integrada às crises contemporâneas. Compreender a ciência das mudanças climáticas é fundamental para enfrentar a emergência climática, mas não é suficiente por si só. As desigualdades sociais endêmicas, a prevalência da economia sobre a ecologia, a destruição da natureza continua e está mais escancarada. Para sustentar a vida na Terra com dignidade, é necessária uma verdadeira revolução paradigmática, promovendo novos modelos civilizatórios baseados em valores sociais, políticos e sobretudo, éticos.

A articulação institucional é essencial para a implementação de políticas públicas progressistas que integrem a educação ambiental, emergência climática, sustentabilidade e resiliência de maneira transformadora. A recente produção das Dez Diretrizes de Educação Ambiental Climática (Trajber, Brianezi e Biasoli, 2024³) propõe promover a aproximação dos campos das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (Brasil, 2012⁴), da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/99⁵) e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global; em diálogo com a Educação Climática (Climate Reality Project Brasil⁶), a Educação em Redução de Riscos e Desastres (UNDRR 2006-7⁷) e a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

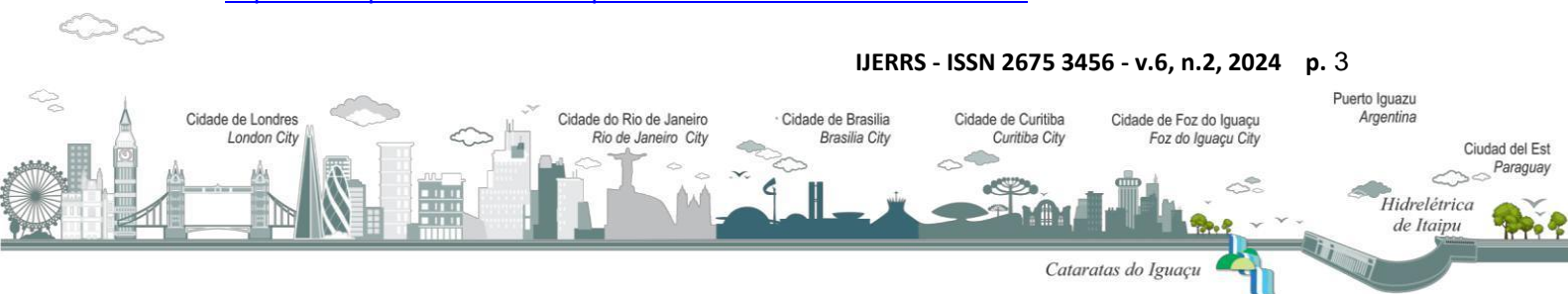
3 Trajber, R.; Brianezi, T.; Biasoli, S (orgs.). 2023. Diretrizes de Educação Ambiental Climática. FunBEA. Acessado em 29/05/2024 pelo link: https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_EA-na-EC_DiretrizesEducacaoAmbientaClimatica.pdf

4 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Acessado em 29/05/2024 pelo link: https://conama.mma.gov.br/index.php?option=com_sisconama&task=documento.download&id=16797.

5 Política Nacional de Educação Ambiental. Acessado em 29/05/2024 pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

6 Climate Reality Project Brasil. Acessado em 29/05/2024 pelo link: <https://www.climaterealityproject.org.br/>

7 The State of the World's Cities 2006/7. Acessado em 29/05/2024 pelo link: <https://www.preventionweb.net/publication/state-worlds-cities-2006/7>





Este número especial da Revista Internacional Resiliência Ambiental, com o título **A Educação Ambiental no Enfrentamento da Emergência Climática** é de fato muito especial. Ele nos chega como respostas explicitadas a essas indagações, com abordagens apoiadas em evidências científicas e metodologias que ampliam o aprender a fazer educação ambiental crítica em tempos graves de um novo regime climático.

Temos em mãos uma publicação que contribui para mostrar que a educação ambiental brasileira tem potência para criar comunidades sustentáveis e resilientes – com Educação, Justiça Climática e Bem Viver.

Rachel Trajber

Cemaden Educação

Junho, 2024

